



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônio em tempos de crise

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

Boca Negra e a Cidade Sorriso: Giras, gingas e beats do patrimônio cultural afro-brasileiro em periferias da capital paranaense

Janaina dos Santos Moscal



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

MOSCAL, Janaina dos Santos. Boca Negra e a Cidade Sorriso: Giras, gingas e beats do patrimônio cultural afro-brasileiro em periferias da capital. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 119-137, jul-dez 2023. Semestral.

© NAUI

Boca Negra e a Cidade Sorriso: Giras, gingas e beats do patrimônio cultural afro- brasileiro em periferias da capital paranaense

Janaina dos Santos Moscal ¹

Resumo

Na entrada/saída da cidade, nas bordas da Rodoferroviária da capital, não-lugares, onde existências e memórias de trabalhadores seguem entre-cobertas pelo movimento de suas vias rápidas. Continuidades/rupturas do(s) centro(s) de uma cidade de discurso embranquecido. Essa escuta pode ser considerada um esforço imaginativo, que permite matizar, colorir e escurecer as imagens da Cidade. A Escola de Samba Colorado, blocos carnavalescos e trajetos que nos levam a circuitos de lazer, familiares ou não, da massa de operários que habitavam a região, na primeira área industrial da cidade. A partir desses trajetos, proponho, então, pensar terreiros, barracões de escola de samba e grupos de capoeira enquanto espaços de aprendizagem tradicional e religiosa, mas também cultural e artística. Espaços e práticas de salvaguarda de referências culturais de matrizes africanas em uma cidade que tem oferecido destaque apenas a seu patrimônio de matizes europeias. Circulam por eles fundamentos de cosmologias africanas, que viabilizam existências negras e constituem o PCI Afro-Brasileiro em Curitiba.

Palavras-chave: Patrimônio afro-brasileiro; periferia; aprendizagens artísticas.

Abstract

At the entrance/exit of the city, on the edges of the capital's bus station, not places, where the existences and memories of workers remain covered by the movement of its expressways. Continuities/ruptures of the center(s) of a city with whitened speech. Underneath the Capanema Viaduct today, it seems possible to hear rhythmic markings that tell about those who lived along those banks. The Colorado Samba School, carnival blocks and routes that take us to leisure circuits, family or not, of the mass of workers who inhabited the region, in the city's first

¹ Janaina dos Santos Moscal é mestre (PPGA/UFPR) e doutora (PPGAS/UFSC) em Antropologia Social. Atualmente, exerce a função de assessora técnica de Povos e Comunidades Tradicionais no processo de Reparação Socioambiental do desastre sócio-tecnológico de Brumadinho na Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS).

industrial area. Based on these paths, I propose, then, to think of terreiros, samba school huts and capoeira groups as spaces for learning, traditional and religious, but also cultural and artistic. Spaces and practices for safeguarding cultural references of African origins in a city that has only highlighted its heritage with European nuances. The foundations of African cosmologies circulate through them, which make black existences viable and constitute the Afro-Brazilian PCI in Curitiba.

Keywords: Afro-Brazilian PCI; periphery; artistic learning.

“Minha palavra não é só minha não”²

(Thiago El Niño)

Margem de rio, margem de ferrovia. Divisas invisíveis. Viadutos, não pontes. Na entrada/saída da cidade, nas bordas da Rodoferroviária da capital, não-lugares, onde existências e memórias de trabalhadores seguem entre cobertas pelo movimento das vias rápidas do Jardim Botânico e Rebouças, mas também das vielas da Vila Torres e Parolin. Continuidades/rupturas do(s) centro(s) de uma cidade de discurso embranquecido. Debaxo do, hoje, Viaduto do Capanema, parece ser possível ouvir marcações rítmicas que contam sobre aqueles que viveram por aquelas margens. Essa escuta pode ser considerada um esforço imaginativo,³ que permite matizar, colorir e escurecer as imagens da Cidade. Do lado de lá da ponte, ou do viaduto, a Cidade Sorriso, uma síntese dos discursos oficiais sobre a capital, do Paranismo à Família Folha.

Talvez mais poética, e mais antiga, que a alcunha de cidade modelo, penso que a ideia

² A frase é um verso da faixa Interlúdio I (<https://www.youtube.com/watch?v=0lrxsawyK4U>), presente no álbum “Pedras, Flechas, Lanças, Espadas e Espelhos” do rapper carioca Thiago El Niño, que também é pedagogo e educador popular. Thiago tem sua obra pautada pela ancestralidade negra e com diversas referências às religiões de matrizes africanas.

³ Esse artigo é uma primeira variação de ensaio remetido ao Prêmio de Pesquisadores Independentes, realizado pela, na época, Secretaria Estadual de Comunicação e Cultura do Paraná, no ano de 2020, ainda no auge da pandemia, via recursos da Lei Aldir Blanc. É fruto de um processo de bricolagem, ou melhor ainda, de um *beat* ou *sample*, criação de uma versão atualizada do que experienciei e produzi ao longo de mais de uma década caminhando entre a antropologia, a comunicação e as artes, mais especificamente aquela intitulada como afro-brasileira. É também processo e mirada na aprendizagem de linguagens artísticas e científicas que, muito além do “saber local”, trata de conhecimentos ancestrais e suas tecnologias sociais voltadas à permanência e evolução de suas comunidades e seu povo.

de cidade sorriso integra um apanhado de discursos oficiais sobre a capital, reforçados até os dias atuais pelo marketing oficial do município, que destaca as qualidades de Curitiba, entre elas a de uma cidade planejada e com uma qualidade de vida superior à da maioria das cidades brasileiras. Seguindo esse movimento, a seleção do que é patrimônio na cidade é também pautada pelo estereótipo da ascendência europeia que invisibiliza matrizes indígenas e africanas. Portais e museus poloneses, ucranianos ou italianos combinam-se a festivais de folclore e festas típicas dessas etnias que constituem o discurso identitário oficial da cidade, e também do estado. O discurso único deixa brechas muito pequenas para que as referências culturais de matrizes africanas e indígenas tenham espaço nas políticas de patrimônio e na identidade cultural da cidade.

Sobre esta temática, em seu viés crítico, está o trabalho do historiador e professor da Universidade Federal do Paraná, Dennison de Oliveira (2000), que aponta a face das desigualdades sociais e raciais da capital. Em relação ao Paranismo, cito-o como um movimento artístico e intelectual que se propôs a construir uma identidade cultural para o estado, popularizada, especialmente, na década de 1920 e que deixa suas marcas nas dinâmicas identitárias da capital, especialmente em seus equipamentos urbanos. Sobre o Paranismo e seu manifesto há diversos trabalhos, especialmente na área de história (ver BATISTELLA, 2012).

As marcas do Paranismo na cultura popular do estado e suas implicações nos discursos raciais é foco no trabalho de DANIEL (2016) que teve como objetivo “identificar o quanto as ideias relacionadas às etnias africanas e a folclorização romântica do indígena, presentes no manifesto, ainda são vigentes e ressoam nas questões que envolvem o fazer artístico de raízes populares na cidade de Curitiba” (2016, p. 9). Assim, o autor afirma que, pela análise de discurso, o Paranismo marca o silenciamento dos povos negros e indígenas, celebrando ainda hoje a composição étnica de referências europeias.

O pesquisador cita o exemplo do Festival Folclórico de Etnias do Paraná, realizado há cinquenta e quatro anos pela Associação Interétnica do Paraná (AINTEPAR), apoiado pelo Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Cultura que, em 2015, dos 18 grupos folclóricos constantes de sua programação, 15 eram de etnia europeia, e as outras três compostas por uma associação nipo-brasileira, um grupo folclórico boliviano e um Centro de Tradições Gaúchas (CTG). O dado representa grande parte das dinâmicas artísticas e políticas culturais, ainda orientadas pelas elaborações identitárias do Paranismo. Mais um recurso

discursivo sobre a cidade, a Família Folha, por sua vez, integra uma campanha publicitária da gestão do prefeito Jaime Lerner, amplamente divulgada no início da década de 1990, que tratava da separação e reciclagem do lixo, reverberando, mais uma vez, a ideia de cidade modelo.

Assim, escolho tratar do que escapa a essa ordem mítica, voltando escutas e olhares a territórios outros. Ponto de partida e chegada (na cidade, e também como estratégia analítica deste texto), ali surgiu o time de futebol do Colorado e sua torcida Boca Negra. E daí a Escola de Samba Colorado, blocos carnavalescos e trajetos que nos levam a terreiros e circuitos de lazer, familiares ou não, da massa de operários que habitavam a região, na primeira área industrial da cidade. Antes disso, já era área de comércio, dos ferroviários e outras tantas categorias de trabalhadores. No projeto *Dos Traços aos Trajetos: a Curitiba Negra entre os Séculos XIX e XX*, de Brenda Santos, Gessline G. Braga e Larissa Brum (2019), retrata-se a presença e a circulação negra em Curitiba desde o século XIX até o século XX.

A investigação foi centrada na circulação desta população entre clubes sociais operários, em especial a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio. Em conversas com Brenda Santos sobre a ocupação da região em torno da Rodoferroviária, popularmente conhecida como Capanema, é possível vislumbrar a região a partir de uma ocupação histórica de famílias negras. Nas redondezas, por volta de 1950, surge a favela do Capanema, ou Vila Capanema, posteriormente chamada também Vila Pinto ou Vila Torres. Lembrando que a categoria vila, em percepções locais, remete à ideia de periferia ou favela.⁴ E é a partir da sobreposição de memórias desse território – e de outros considerados periféricos dentro da lógica do discurso oficial – excluído dos cartões postais da cidade, que proponho pensar este artigo.

Ensaio⁵ no exercício de puxar fios, este texto propõe tessituras produzidas a partir de

⁴ Vide o termo local “vileiro” utilizado para definir os jovens que, em estéticas e comportamentos próprios, moram em periferias ou áreas favelizadas.

⁵ Tomado por mim como um ensaio, este texto é também um exercício de juntar pistas e refletir sobre minha trajetória como pesquisadora, especialmente em temáticas relativas ao patrimônio cultural afro-brasileiro. Assumo ainda que de modo tangencial também de minhas vivências pela cidade. Nascida em Araucária, município de discurso igualmente eurocêntrico (mais marcadamente polonês), sou filha de um soldador e uma dona de casa, vindos de Ponta Grossa, a 110km de Curitiba. Racialmente, e politicamente, me reconheço como uma mulher parda, de ascendência indígena e negra. Embora reconheça as desvantagens políticas do termo, acredito que as leituras raciais sobre mim também encontram-se nesse “entre”, que constitui grande parte da população brasileira. Registro também que esses tensionamentos me interessam e me movem, justamente por

circulações e trânsitos promovidos por processos de territorialização negros, sempre empurrados para margens ou áreas não gratas da cidade. Em elaborações orientadas, principalmente, por políticas do patrimônio cultural da cidade, especificamente do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. Importante afirmar que os estudos sobre as dinâmicas raciais na cidade, especialmente os de pesquisadores negros e racializados, têm tomado corpo, produzindo torções (teóricas e metodológicas) nas análises sociológicas e históricas sobre a cidade. Trabalhos que repensam dinâmicas de segregação, como o realizado pela jovem mestra em Geografia Gláucia Pereira do Nascimento, que recentemente defendeu dissertação intitulada “Territorialidades Negras em Curitiba: Resignificando uma cidade que não quer ser negra” (2020).

Soma-se ainda a estes trabalhos recentes a tese de Thiago A. P. Hoshino, “O Direito Virado no Santo: Enredos de Nomos e Axé” (2020), defendida no final de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que tem parte de sua pesquisa dedicada aos processos de tombamento e registro de terreiros, os axés plantados e os tensionamentos e relações estabelecidas a partir destas políticas públicas, contextualizadas também na cidade de Curitiba. Tratando das dimensões simbólicas e de resistências dessas territorialidades, é possível articular análises como essas às práticas, políticas e pesquisas que referenciam o Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) Afro-Brasileiro. Desde políticas públicas federais, capitaneadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), até a política de Registro e Identificação do Patrimônio Cultural Imaterial da capital, executada pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC) que vem, desde 2005, lançando editais e apoiando a execução de projetos na área (MARTINS, 2010). Retomarei este tópico na segunda seção deste artigo, destinada à análise de projetos voltados ao PCI Afro-brasileiro na cidade.

Importante sublinhar que utilizo o termo periferia aqui como referência não oposta ao centro, mas do que escapa da identidade e discursos oficiais da capital paranaense, portanto não necessariamente ligado a dimensões geográficas, mas simbólicas (MAGNANI, 2012). Periferia, como categoria forjada pelo Estado, é instrumento também para dimensionar as áreas urbanas e suas desigualdades, mas especialmente perceber de que maneira essa

entender, e sentir na pele, que minha forma de circular pela cidade (pensando-a integrada com sua região metropolitana) e me inserir em debates públicos é orientada também por essas dimensões.

população constrói simbolicamente seus circuitos e trânsitos quando estes grupos são racializados, estrutural e institucionalmente, haja vista a segregação racial em Curitiba (NASCIMENTO, 2020), a gentrificação e os efeitos de um planejamento urbano excludente (COELHO, 2015). Outra obra clássica à qual me referencio para pensar as dinâmicas, circulações e territorializações negras em áreas urbanas é “O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira”, publicado por SODRÉ (1988). A partir de suas análises sobre as dinâmicas da urbe e os terreiros, é possível pensar nas elaborações, permanências e transformações da espacialização dessas populações.

Na verdade, além do âmbito sociobiológico, estuda-se muito o espaço como algo a ser submetido ou melhor aproveitado (quanto mais se representa intelectualmente o espaço, mais ele é controlado e ocupado por organizações produtivas), mas se deixam de lado as afetações simbólicas que na cultura opera o espaço-lugar, o território, enquanto força propulsora, enquanto algo que possa engendrar ou refrear ações (SODRÉ, 1988, p. 12).

É a partir dessa ideia de força (que está nos processos de territorialização) que Muniz Sodré trata da espacialização dessas comunidades e suas construções simbólicas. Hoshino (2020), por outro lado, traz a categoria axé como “princípio organizador” do candomblé, que penso ser possível aproximar da ideia de força de Sodré, pois, na prática de se plantar o axé, os povos de terreiro produzem suas territorialidades, sempre tensionadas pela ação do Estado e sua estrutura racista. Força ou princípio que pode também ser percebido em rodas de capoeira ou nos sambas de roda feitos após funções religiosas. Nesse contexto, cito o trabalho de DINIZ (2016) sobre o Samba de Roda feito em Curitiba.⁶ Como pontua a autora, o início dos sambas de roda na capital coincide com a chegada do candomblé, de forma mais estruturada, na década de 1960, em Curitiba. Bem como é popularizado com os shows de capoeiristas, sempre encerrados com o samba de roda, o que marca uma dinâmica de circulação e territorialidade em uma cidade que constantemente criminaliza os sons que vêm de terreiros e barracões, caracterizados invariavelmente como poluição sonora. Acusação comum em casos de racismo religioso e ambiental, a poluição sonora silencia atabaques, seja em suas dimensões sagradas ou profanas, como aponta Carvalho Guimarães (2019), em

⁶ Movida pelas dinâmicas e expressões ligadas ao candomblé em Curitiba, a equipe do projeto Lugares de Axé: Inventário dos terreiros de candomblé em Curitiba e região metropolitana (do qual faço parte), realizado em 2015 por meio de edital de Patrimônio Imaterial da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), propôs e aprovou projeto de inventário do Samba de Roda em novo edital da FCC, executado entre fevereiro de 2021 e outubro de 2022.

artigo que trata sobre o uso do atabaque e as relações com o meio ambiente.

Os usos religiosos das águas pelos povos de terreiro foi mote do projeto “Kosi Omi, Kosi Orisà”, do qual fui proponente e coordenadora de pesquisa, contando com a colaboração de Thiago A. P. Hoshino, Patrícia Martins, Gláucia Pereira, Amanda Gonçalves, Flávio Rocha, Fábio Barbosa de Souza e Brenda Santos na equipe. Aprovado no edital nº 121/2019 edital patrimônio imaterial – manifestações culturais imateriais em geral, cultura indígena e afro-brasileira 2020, foi viabilizado pela Fundação Cultural de Curitiba, por meio do Programa de Apoio e Incentivo à Cultura (PAIC). Cito aqui a colaboração central e resultados produzidos pela geógrafa Gláucia Pereira, a exemplo dos mapas que buscam compreender a relação de proximidade de terreiros e os corpos hídricos da cidade.

Logo, as águas também transbordam e revelam situações de extrema desigualdade social, periferização das cidades, crises sanitárias e degradação ambiental. Se, de um lado, vemos o extremo respeito com que as religiões de matrizes africanas tratam os recursos naturais, vemos também, do outro, a perseguição que essas mesmas religiões sofrem, resultado do que podemos chamar de racismo ambiental (p. 2, 2021).

A proximidade com as águas é então índice de territorialização das casas de axé, pois ela move aqueles que bebem de sua fé, mas também diz sobre essas desigualdades, condições de moradia, suscetibilidade a enchentes ou falta de saneamento básico. Também a sobreposição de dados raciais, já levantados em sua dissertação, NASCIMENTO (2020), indica que a presença dos terreiros em Curitiba coincide com as áreas de concentração da população negra na cidade. Ou seja, áreas atravessadas pelo racismo ambiental, e também pelo racismo religioso.

Seguindo essas pistas do intangível, ligados à referência do PCI Afro-brasileiro, proponho pensar algumas dinâmicas negras em Curitiba, haja vista que, em um processo de construção identitária nacional “(...) não existe Brasil sem África e, portanto, não existe identidade nacional sem a cultura afro-brasileira (RATTS; DAMASCENO, 2006, p. 180). Fundamentos, como postula a cosmovisão do candomblé, que orientam os trânsitos e circulação desta população na cidade. Em outra perspectiva, as religiões de matrizes africanas, o samba (e suas diferentes matrizes) e a capoeira (todos bens culturais patrimonializados, em suas diferentes vertentes, por políticas públicas federais) entendo terreiros, barracões de escola de samba e grupos de capoeira como espaços de aprendizagem,

tradicional e religiosa, mas também cultural e artística.

Espaços que promovem vivências e contatos com universos culturais, em uma perspectiva de artes integradas, marcadas pela música, pela dança, artes visuais ou culinárias, também em Curitiba, os terreiros podem ser pensados como lugares primeiros de transmissão de fundamentos e conhecimentos de uma arte negra brasileira. Algumas pesquisas tratam da relação das religiões de matrizes africanas e a arte, especialmente nas artes visuais, a exemplo do excelente trabalho de Hélio Menezes, “Entre o visível e o oculto: a construção do conceito de arte afro-brasileira”, dissertação defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP). Embora o foco de sua pesquisa sejam as artes visuais, suas elaborações são um bom caminho para pensar a relação entre a arte e as religiões negras. Dividida entre os capítulos Assentamento, Feitura e Confirmação, a dissertação analisa tanto discursos quanto obras e artistas nas construções deste conceito.

No contexto das políticas públicas de patrimônio, é possível destacar também a própria categoria de ofícios, utilizada para pensar os conhecimentos produzidos e transmitidos por detentores – aqueles que, reconhecidos por suas comunidades, são como guardiões de conhecimentos tradicionais e que, perante o Estado, e diante destas políticas, são elementos essenciais no que denomina-se como salvaguarda. Ou seja, a ação do Estado, que deve apoiar a permanência e a continuidade na produção e transmissão cultural desses bens. Sobre a atuação de detentores e processos de salvaguarda, ver Fonseca (2005); Velho (2006) e Sant’Anna (2012). Cito aqui o registro do Ofício das Baianas de Acarajé, inscrito no livro dos Saberes do IPHAN no ano de 2004. Em um processo complexo de registro e salvaguarda, o Ofício das Baianas de Acarajé pode apontar para outros ofícios que permeiam lugares de axé, sejam eles ferreiros ou *alagbês* (conhecidos também como *ogãs*). Em sua dissertação sobre constituição da pessoa *ogã* no Xangô/Candomblé do Recife, Lima (2016) apresenta as dimensões desse cargo nas práticas rituais do terreiro:

Os ogãs são homens do culto que não se manifestam com os orixás aos quais são consagrados. Quando responsáveis pela imolação de animais e, por conseguinte, a preparação ritual das partes sagradas dos animais sacrificados, são conhecidos como ogã axogum; são ogãs cipás quando sua missão é o cuidado com as comidas sagradas (preparo, apresentação e oferta da refeição sagrada aos deuses) e com o funcionamento e ordem do peji (santuário, quarto dos santos). Por último, os ogãs responsáveis pelo toque dos ilus/atabaques, são os ogan’ilus (LIMA, p. 10).

É esta última função do toque dos ilus/atabaques que destacamos, pois não se trata

nesse artigo de discorrer sobre os domínios complexos da comunicação com os orixás da qual são incumbidos estes homens. Mas, sim, dos processos de aprendizagem (ALMEIDA, 2009) e das contribuições destas práticas na produção musical brasileira, especialmente no que tange ao universo percussivo, e como estes processos possibilitam a inserção destes *ogãs* em circuitos artísticos que se constituem também como práticas de salvaguarda destes conhecimentos. Salvaguarda em sentido amplo, pois também propicia aspectos de profissionalização e geração de renda, além de fomentar o cenário de produção musical na cidade, que ecoa também como discurso contra-identitário em relação à pecha da capital europeia. Assim, também em Curitiba, como já sabido no cenário nacional, a exemplo de Arlindo Cruz, músicos umbandistas e candomblecistas, podemos elencar nomes que articulam estes universos de conhecimento, como o paranaense Leó Fé, sambista e compositor da cidade. Assim como Léó, outros músicos e percussionistas vivenciam as práticas em terreiros e imprimem seus conhecimentos na musicalidade que produzem.

Nesse sentido, talvez seja possível compreender o samba de roda e as práticas do candomblé e da umbanda como caminhos entre a cosmovisão afro-brasileira e a arte. Cito aqui Amanda Gonçalves, Tundy Ty Nanã, filha do Babalorixá Israel Machado, mulher, negra e ex-integrante do Samba da Murixaba, grupo de Samba de Roda que percorreu diferentes eventos na cidade, em apresentações em espaços públicos, teatros, bares e barracões. No decorrer de sua trajetória como candomblecista, Amanda, como outros artistas ligados a terreiros na cidade, passou a transmitir seus conhecimentos fora da casa de axé, ministrando oficinas e fazendo falas em espaços artístico-culturais, registrando sua contribuição no cenário das artes paranaenses, mas também cultivando suas práticas comunitárias.

Movimentos do intangível

Nessa seção, trago dinâmicas mais recentes relativas às políticas de patrimônio cultural na cidade, em especial aquelas que, a partir de efeitos da política federal, em especial do patrimônio imaterial, com algumas análises sobre objetos de editais e discursos que começaram a pautar outra Curitiba. A ideia foi repensar esse conjunto de editais e projetos como marcadores nas tentativas de modificar os discursos embranquecidos sobre o patrimônio na capital. No artigo Além do Concreto: O registro do patrimônio imaterial na cidade de Curitiba, de 2010, a antropóloga Patrícia Martins realiza um levantamento dos

editais de Patrimônio Imaterial viabilizados pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC) entre os anos de 2005 e 2010. O artigo, também executado com recursos de edital de patrimônio da FCC, e com o qual contribuí em parte da pesquisa, traz uma análise das mudanças na chave de leitura sobre a construção identitária da capital, já que torna-se possível, e com a chancela do Estado, tratar de matrizes culturais antes pouquíssimo valorizadas. Construções marcadas em um contexto de referentes do patrimônio cultural que carregam a marca eurocêntrica em boa parte de suas produções. Assim, configurar o patrimônio, para além do concreto, como o artigo sugere, significa repensar não apenas a cidade do Centro Histórico e seus monumentos de características portuguesas, mas também as mãos negras que o construíram e o legado de seus conhecimentos culturais e intangíveis.

A proposta não é retomar o levantamento feito no artigo, em uma análise dos projetos inscritos, selecionados e executados, mas destaco nessa seção alguns projetos que tiveram seus marcadores norteados pelo PCI Afro-Brasileiro. Embora não tenha sido realizado via editais do PCI da FCC, cito aqui o documentário “Pra ver a Umbanda passar”, de Luciano Coelho e Marcelo Munhoz, produzido a partir de pesquisa da socióloga Luciana Patrícia de Moraes. Lançado em 2001, o documentário inscreve a temática das religiões de matrizes africanas nas políticas públicas de Curitiba. Cito, ainda nesse contexto, os projetos “Curitiba entra na roda”, sobre capoeira, de Miguel Novicki, e “FrEstas do Carnaval”, de Selma Baptista, executados em 2010 e 2009, respectivamente.

Também destaco três projetos dos quais compus equipe de pesquisa e tratam do PCI Afro-brasileiro: “Acabou a Vila Tássi, mas não acabou o samba”, de Teotônio Souto Maior, aprovado no edital de Registro e Identificação do Patrimônio Imaterial da FCC em 2008; “Sob a Estrela de Salomão: A Sociedade 13 de Maio como lugar de memória e identidades negras em Curitiba”, do qual fui proponente, aprovado no edital de 2011, e “Lugares de Axé: Inventários dos terreiros de candomblé de Curitiba e Região Metropolitana”, de Patrícia Martins, aprovado no edital de 2015. Ao percorrer as trilhas de pesquisa destes projetos, caminhamos por territórios negros da cidade, seja em proposições históricas, como o projeto sobre a Escola de Samba Colorado (a primeira criada na capital) ou mesmo em Sob a Estrela de Salomão, que tratou tanto da memória quanto da circulação da população negra da cidade no salão da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio.

Ressalto essa questão, pois, como apontado pelo técnico da Fundação Cultural de Curitiba (FCC) Ozanam Souza, em entrevista a Patricia Martins em 2010, havia a

expectativa, por parte do poder público, de que os editais referentes ao PCI fossem acessados também por seus detentores. Nesse sentido, destaco a especificidade do edital nº 032/2020 Patrimônio imaterial – Inventário de Bens de Natureza Imaterial e Produção Audiovisual de Valorização de Mestres 2021. Nesse edital, a primeira categoria contou com duas modalidades: Segmento a) Inventário preliminar de Bem Imaterial Geral (categorias Celebração, Formas de Expressão, Lugares e Saberes). Segmento b) Inventário preliminar de Bem Imaterial de matriz africana ou afro-brasileira (categorias Celebração, Formas de Expressão, Lugares e Saberes). E a segunda, voltada para a produção audiovisual que, conforme o edital, abarcaria “(...) propostas de produção de vídeo documental como forma de homenagem a Mestres(a)s do Patrimônio Imaterial em Curitiba, visando promover seu reconhecimento público”. Ainda nesta alínea do edital, consta que “o mestre deverá ser inserido no projeto como parte integrante da equipe, garantindo-se, dessa forma, justa remuneração” ou seja, há a intenção de se reconhecer a produção de conhecimento que vem destes detentores, embora registrem-se tensionamentos, como o questionamento em relação ao registro audiovisual daqueles que, embora já falecidos, seguem como pilares das tradições das quais fizeram parte.

Nesse contexto, cito novamente as experiências do Projeto Lugares de Axé, pois, embora a proponente e a equipe fossem de pesquisadores da área da Antropologia e da História, contávamos com colaboradores como Brenda Santos e Thiago Hoshino (ambos iniciados no candomblé) e também com seis assistentes de pesquisa pertencentes às casas de candomblé, caracterizadas como matrizes neste processo de pesquisa. O projeto contou ainda com formação voltada aos detentores sobre as políticas públicas de patrimônio. O desenvolvimento experienciado pela equipe rendeu uma metodologia replicada em outros dois projetos, “Kosi Omi, Kosi Orisà: usos religiosos das águas de terreiro e “Tá comigo, Tá com Deus, Pois Amor de Mãe Sou Eu: Inventário do Samba de Roda em Curitiba”, ambos em editais com linhas voltadas ao PCI Afro-Brasileiro. Cito como marcador também o Edital de Patrimônio e Cultura Afro-brasileira, lançado em 2018, o primeiro voltado especificamente ao PCI. Projetos que, revisitados, também trazem dados sobre memórias, presenças e ancestralidades negras e a produção de suas territorialidades na cidade.

Quem mora na beira do rio?

Na obra “Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial”, o historiador brasileiro Sidney Chalhoub, em uma investigação sobre os cortiços do Rio de Janeiro no século XIX, realiza análises sobre documentações sanitárias e suas relações com estas habitações coletivas. Segundo Chalhoub (2017), havia uma relação indissociável entre os cortiços, epidemias como malária e febre amarela, e as “classes perigosas” que os habitavam. Para o pesquisador, nestas moradias se misturavam livres e cativos, funcionando assim como uma rede de proteção aos escravizados, sendo também um fator desagregador da instituição escravidão (p. 9). Processo histórico que trata de dinâmicas higienistas e de segregação das populações negras e empobrecidas, que também se repetiram em Curitiba e região, como já citamos em seções anteriores.

Assim, caminhar pelas vielas da Vila das Torres ou do Parolin é aprender sobre a desigualdade, racial e social, a violência do Estado e a injustiça, mas isso em uma primeira camada, a do estereótipo reducionista e negativado da favela. Nas imediações da antiga região industrial da cidade – local de trabalhadores, da ferrovia e das fábricas – guarda-se muito mais que o sangue derramado de um sistema racista, que empurra os mais vulneráveis para áreas precarizadas. Nessas brechas, entre o centro e a entrada da cidade (não-lugares da capital de discurso europeu) seus territórios e comunidades trazem inscrições de memórias, de expressões coletivas pilares do patrimônio cultural afro-brasileiro na capital. Capital que, histórica e insistentemente, reforça a invisibilidade da presença negra em sua construção (FELIPE, 2015; SOUZA, 2003). Igualmente, a Vila Nossa Senhora da Luz, a segunda Cohab no Brasil, em uma das regiões mais negras da cidade (NASCIMENTO, 2020), é lugar de diferentes memórias e referências culturais afro-brasileiras.

Como áreas favelizadas do centro, a Vila e a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) como um todo, têm suas construções identitárias atravessadas pelo racismo institucional e pela violência, carimbadas no comprovante de residência desses moradores. É entre deslocamentos e permanências que torna-se possível compreender e complexificar a urbe, suas dinâmicas de segregação, mas também de reunião e produção de existências, algumas delas inseridas em políticas públicas de patrimônio. Em vestígios de memórias, juntando pistas, a capital passa a escurecer sua história e, para além dela, seu território, pela ação de

coletivos, organizações sociais e pesquisadores negros (e não negros) que inscrevem e organizam seus traços e trajetos (BRAGA; BRUM; SANTOS, 2019) ao longo dos séculos da escravização e seus efeitos. Vilas: Tássí, Capanema, Torres, Nossa Senhora da Luz e outras que guardam referências culturais que compõem outra Curitiba, aquela que está entre as cinco capitais mais desiguais do mundo, e também aquela que fomenta práticas culturais populares, que está nos quintais, barracões e nos palcos, promove aprendizado e lazer em suas comunidades e estabelece circuitos artísticos, para além daqueles divulgados na área central.

Assim, movida por enredos afeitos à minha trajetória pessoal e como pesquisadora (já que nenhuma produção científica ou artística se desvencilha dos diferentes aprendizados pelos quais passamos), retomo caminhos para propor algumas reflexões a respeito das relações e tensionamentos de políticas públicas do patrimônio afro-brasileiro. Ter nascido na região metropolitana, mais precisamente em Araucária, ensinou-me desde muito cedo como funciona a ideia de centro e como se dão seus deslocamentos. Como Curitiba, Araucária também se desenvolveu sob a égide de um discurso eurocêntrico – ucraniano e italiano, mas principalmente polonês – afora imagens congeladas dos Tingui-Cueras que ocupavam a região muito antes da leva imigratória citada pelos discursos oficiais, toda a construção da memória da cidade é também embranquecida.

A partir desse eixo se constrói a identidade de um lugar que, estacionado no tempo, é míope e não enxerga sua população que, há décadas, tem suas periferias expandidas, em ocupações conurbadas com a capital. É nesse “entre” – das periferias, regiões metropolitanas e seus limites – que estão muitos terreiros, escolas de samba, rezadeiras, grupos de capoeira, rodas de samba e outras expressões do patrimônio afro-brasileiro. Por que ações afirmativas identitárias são centrais para a promoção da igualdade racial? O que pode o samba, as casas de axé ou o hip hop feito aqui, no combate ao racismo que, literalmente, mata todos os dias? E não só de bala ou via força física, mas de fome, de doenças e falta de oportunidades. Qual a ginga possível para o enfrentamento diário de discursos simbólicos e ações violentas?

Não acredito num Deus que não dance

(Grupo Opanijé⁷)

⁷ A composição “Não acredite num Deus que não dance” (<https://www.youtube.com/watch?v=YDuhnmAGfWc&app=desktop>) é uma composição do Grupo Opanijé,

E o patrimônio cultural, mesmo o intangível, também permanece unívoco e central? Curitiba, que produziu seu discurso identitário a partir de fragmentos, congelados e folclóricos, de referências europeias, oferece quais ferramentas para suas crianças e jovens compreenderem as multiplicidades das diferenças e o seu próprio direito à memória? Volto às lembranças dos feitos de Kafu Milodé e Francisco Ferreira, o Odé Otaioci, cada um à sua maneira, ainda na década de 70, marcando presença em espaços como jornais, escolas e na própria universidade como forma de dar visibilidade às suas tradições. As trajetórias de Arilda de Iansã e Muzzilo de Ogun na rádio e suas incursões no mundo artístico (vividões meteoricamente também por seu neto, Alexandre Muzzilo Lopes, o DJ Primo⁸).

Movimentos que em uma dinâmica de proximidade/distância (SODRÉ, 1988) possibilitaram territorializações negras na cidade, mesmo que invisibilizadas (NASCIMENTO, 2020). O afoxé que abre o carnaval curitibano, desencantado conforme a pretensão dos discursos embranquecidos, também pode ser chamado à baila para as reflexões sobre as construções identitárias de Curitiba. Complexificar camadas, ouvir as batucadas de quintais e terreiros que, se vindos pelo caminho do samba “da tradição” adaptam-se a conceitos e espaços centrais, mas se identificadas como pagode, subgênero musical mais

grupo de rap baiano, e a Orquestra Rumpilezz, que foi liderada pelo maestro baiano Leite Leites, falecido em 2021. Tanto o Grupo Opanijé, quanto a Orquestra Rumpilezz fazem referência à ancestralidade negra e às religiões de matrizes africanas.

⁸ Alexandre Muzzilo Lopes, o DJ Primo, é neto de Arilda de Iansã e Muzzilo de Ogun. Primo, DJ e produtor musical, teve uma trajetória meteórica, era considerado um dos melhores de sua época, conhecido por suas habilidades com as *pick-ups*. Em 2002, mudou-se para São Paulo, trabalhando com diversos nomes do hip hop nacional e internacional como Marcelo D2, Negra Li, Emicida e Afrika Bambaataa. Primo faleceu aos 28 anos, em São Paulo, devido a uma parada cardíaca, decorrente de complicações de uma pneumonia. Durante a pesquisa do projeto Lugares de Axé, realizada em 2015, tivemos a oportunidade de conversar com sua mãe e familiares sobre as dinâmicas em torno do Ilê Asè Egunoia, localizado no Bairro Alto. Na ocasião, ouvimos narrativas sobre as festas, recorrentes após as funções religiosas, mas também em aniversários e datas comemorativas, onde o salão reunia todos, mesmo os não iniciados. Foi recorrente também memórias sobre apresentações nas escolas do bairro e outras regiões da cidade, como forma de divulgar e promover conhecimento sobre os terreiros e suas expressões culturais. Ao falar de seu processo de aprendizagem musical em uma entrevista, Alexandre aponta para suas relações com o terreiro de sua avó e os discos e instrumentos de percussão do pai, que também era sambista. “Só que eu cresci ouvindo música, meu pai é músico, meu pai é do samba, ele toca, desde pequeno quando eu tava em casa, eu ouvia disco do meu pai, não tem nem como eu fugir disso, nem tem como eu pensar o que eu taria fazendo se não fosse isso. (...) Acho que o tempo da música eu aprendi crescendo, ouvindo música, meu pai toca samba, toca percussão, então eu queria tocar também quando era pequeno, era um instrumento que ele... a minha vó era mãe de santo, então eu participava de candomblé, e tava todo mundo tocando atabaque e eu tava junto, então a gente acaba pegando ritmo e tempo por tá ali junto, por tá no meio da música” (entrevista concedida a Gil BF nos idos de 2008 e publicada em 2019: <https://www.bocadaforte.com.br/materias/entrevistas/entrevista-inedita-e-exclusiva-com-dj-primo>).

afeito às camadas populares, produz ruídos (racistas e preconceituosos) que tornam mais difícil compreender sutilezas rítmicas e suas referências e ancestralidades.

A mítica Vila Tássí, que ainda mantém algumas de suas casas em pé, hoje engolidas pelo entorno (aquele pouco interessante para os discursos oficiais da cidade) teve suas camadas de memória reavivadas com o cortejo feito pelos sambistas do Bloco Boca Negra, realizado em 2017. Relembrando o episódio histórico em que os ritmistas da Bateria Nota 10 saíram do Capanema para o carnaval branco e normatizado do centro da cidade, o cortejo saiu, só que ao invés de seguir para o centro, permaneceu nas imediações do Viaduto do Capanema, em uma ode aos trajetos de Chocolate, Mãe da Cuíca e seus parceiros. Ali, logo atrás da Rodoferroviária e estádio do Paraná Clube, nas fronteiras entre o Rebouças e a Vila Torres. A sensação é um pouco como quando, convidada pelo colega, ritmista e pesquisador, Teotônio Souto Maior, colaborei com uma parte do processo de pesquisa do projeto que teve como fruto o livro “Colorado: A primeira Escola de Samba de Curitiba”, coordenada pelo também sambista e pesquisador João Carlos Freitas. Lembro de nossas rápidas andanças e longa conversa com ex-passistas da Colorado, a proposta era compreender as dinâmicas de ocupação advindas com a destruição da Vila Tássí. Afinal, quais fragmentos de memória permanecem nas vielas da Torres, nos bares do Rebouças, que ainda abrigam botecos e seus foliões? Para onde foram as famílias? Que dinâmicas de moradia e trabalho afetaram essas populações? Questões importantes para elaborar reflexões mais aprofundadas sobre a memória coletiva destes grupos, contidas também nas relações de parentesco (incluídos aí o tradicional e o espiritual). Memórias que ainda alimentam fundamentos de cosmologias africanas, viabilizam existências negras e constituem o PCI Afro-Brasileiro em Curitiba.

***Scratches* e os clássicos: ou como re(en)cantamos memórias**

Um dos pontos que permaneceu em minhas lembranças após ouvir, anos depois de sua morte, foi a entrevista de Alexandre, o DJ Primo, ao fazer elaborações sobre as técnicas do *scratch* enquanto um conjunto de experiências sensoriais e sociais ligadas aos ensinamentos e práticas de sociabilidade musical de sua família. A escuta de sua fala, gravada um pouco antes de sua partida, reverberou as narrativas de sua mãe e tias sobre as festas no barracão, onde se aprendia o que era o baile, o *xirê*, e o poder do encontro com seu povo. Povo em seu sentido

mais lato, família, extensa e comunitária.

Também me recorro do dia em que o Um Baile Bom⁹ homenageou DJ Primo e que sua família esteve presente no salão da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, orgulhosos (e saudosos) da trajetória meteórica de um talentoso e determinado artista. Um mais novo que cumpriu sua missão e ancestralizou. Muitos amigos e admiradores de Primo ainda guardam sua memória e trajetória, pessoas que viveram o hip hop como ele. E o hip hop, assim como os terreiros e escolas de samba, é família. Óbvio que o tema tem uma perspectiva múltipla e variações, no entanto a lógica do coletivo, ligada ao pensamento afro-diaspórico (mas também afro-indígena), segue criando, e mantendo, seus espaços de produção de vida e conhecimento. Sejam eles terreiros, escolas de samba, ou o hip hop que ocupa as ruas e todos os espaços possíveis, os clubes sociais negros, os coletivos e grupos organizados que, de uma maneira ou outra, trazem as expressões artísticas e suas variadas linguagens, que permanecem enquanto tecnologias ancestrais da memória.

E o movimento hip hop segue trajetória parecida com os terreiros e o samba, antes mal vistos, julgados e criminalizados, passam a ser integrados no que se elabora como identidade nacional. E também passam a fazer parte de uma indústria da música e do entretenimento, o que, com todas as contradições, demarca a centralidade destes espaços de aprendizagem, fomento e formação artística. O que é possível verificar nos nomes mais reconhecidos no universo hip hop, como Racionais MC's, que em documentário lançado no ano de 2022 apresenta sua trajetória a partir da favela, do candomblé e do samba, chegando e permanecendo no hip hop e voltando ao final do filme ao terreiro, ao samba e à ancestralidade de suas famílias.

E não à toa, no ano em que o movimento completa 50 anos, seus integrantes e apoiadores promovem em Curitiba e também na cidade de Fazenda Rio Grande, região metropolitana da capital, moções e movimentações para o reconhecimento do hip hop enquanto patrimônio imaterial destes municípios. Em processos municipais, esses diálogos estão sendo reconhecidos por diferentes coletivos como um marco para as cidades, que tem o apoio de alguns vereadores,

⁹ O Um Baile Bom é um encontro, festa organizada por Brenda Maria L. O. dos Santos, realizada há oito anos na Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio. Em sua página do Instagram (<https://www.instagram.com/umbailebom/>) sua bio indica "Território negro/Cwb". O Um Baile Bom, conforme sua idealizadora, é uma continuidade dos bailes dos clubes sociais negros, do movimento dos bailes *black* e do hip hop, é um espaço de protagonismo negro em uma cidade conhecidamente racista. Brenda, como citado ao longo do artigo, é realizadora cultural e pesquisadora e é autora e integrante de diferentes projetos que versam sobre a presença negra em Curitiba.

como Giórgia Prates.¹⁰ Em tempo de fechar a revisão deste artigo, em meados de julho de 2023, a Construção Nacional da Cultura Hip Hop,¹¹ que reúne representantes do movimento em todo o Brasil, entregou ao IPHAN pedido de registro do Hip Hop como patrimônio cultural do Brasil. Outro indicativo de como também o patrimônio das periferias vem sendo debatido de maneira mais frequente (FAGERLANDE, 2023),¹² destacando seus bens e referências enquanto pedras fundamentais do patrimônio cultural brasileiro.

¹⁰ Giorgia Prates é fotógrafa e jornalista, eleita vereadora por meio de candidatura da Mandata Coletiva das Pretas, que contava com Andreia de Lima, promotora legal popular e liderança do Parolin. Andreia também foi também candidata à deputada estadual na última eleição e desenvolve diferentes atividades culturais em sua comunidade por meio da associação Usina de Ideias. Além de Giórgia, cito o trabalho de Renato Freitas, hoje deputado estadual e que também desenvolve diversas atividades culturais em diferentes periferias da cidade, tendo como destaque a constituição do Núcleo Periférico (<https://www.instagram.com/nucleoperiferico/>). Além destas lideranças, cito ainda a deputada federal Carol Dartora, professora e militante da educação, uma das mais votadas e que tem, ao lado destes nomes, atuado no combate ao racismo e pela valorização das expressões e patrimônio afro-brasileiro na capital e no Paraná.

¹¹ Ao procurarem o Iphan para orientação em relação ao pedido de registro, representantes da Construção Nacional foram orientados pelo órgão a utilizar o Inventário Participativo do Patrimônio Cultural, instrumento para sensibilização e mobilização social em torno de referências culturais de grupos da sociedade brasileira. “A partir do inventário, o movimento elaborou um dossiê que mapeou o percurso do hip hop no Brasil, identificando formas de expressão e lugares que compõem o movimento nos vários estados brasileiros”, conforme matéria publica na página do Iphan ([Movimento realiza pedido de registro do Hip Hop como Patrimônio Cultural do Brasil — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional \(www.gov.br\)](#)).

¹² O artigo “Patrimônio das periferias: resgate da história e memória local em museus e na visitação das favelas do Rio de Janeiro” (<http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st06-41.pdf>), de autoria de Sergio Moraes Rego Fagerlande PROURB FAU UFRJ, debate os processos de musealização e valorização destes territórios. O trabalho foi apresentado no último encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, que aconteceu entre 22 e 26 de maio de 2023.

Referências

ALMEIDA, Jorge Luis Sacramento de. **Ensino e aprendizagem dos Alabês: uma experiência nos terreiros Ilê Axé Oxumarê e Zoogodô Bogum Malê Rundó**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

BATISTELLA, Alessandro. **O Paranismo e a invenção da identidade paranaense**. In: Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 6., n. 11 – UFGD – Dourados: 2012.

BRAGA, G. G; BRUM, L.; SANTOS, B. M. L. O. **Boletim Casa Romário Martins. Dos Traços aos Trajetos: a Curitiba Negra entre os Séculos XIX e XX**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 37, n. 1.492, 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARVALHO GUIMARÃES, A. L. (2019). **Os Direitos dos Povos de Terreiro na Encruzilhada: o uso do atabaque e o meio ambiente**. Revista Calundu, 3(2), 7.
<https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v3i2.28958>.

COELHO, L. P. (Org.) **O mito do planejamento urbano democrático: reflexões a partir de Curitiba**. Curitiba: Terra de Direitos, 2015.

DANIEL, André Ribeiro. **Paranismo, passado e presente: análise discursiva do Manifesto Paranista e reflexões sobre suas consequências no fazer artístico popular hoje em Curitiba**. 2016. 35f. Monografia (Especialização em Artes Híbridas) – Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

DINIZ, Flávia Cachinesi. **Samba de roda em Curitiba segundo pessoas do candomblé e da capoeira**. Trabalho de Conclusão de Curso da disciplina Projeto Artístico do curso de Bacharelado em Música Popular da Faculdade de Artes do Paraná. Curitiba: 2007.

FELIPE, D. A. (2016). *Patrimônio cultural negro no Paraná: lugares, celebrações e saberes*. *Historiæ*, 6(2), 117–134. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5587>.

FAGERLAND, Sergio Moraes Rego. **Patrimônio das periferias: resgate da história e memória local em museus e na visitação das favelas do Rio de Janeiro**. Artigo apresentado no XX ENANPUR, Belém, 2023. Acessado em: <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st06-41.pdf>.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

HOSHINO, Thiago A. P. **O Direito Virado no Santo: Enredos de Nomos e Axé** (2020), Tese (Doutorado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2020.

IPHAN. Parecer n. 002/2004, ao processo n. 01450.008675/2004-01 – referente ao **Registro do Ofício das Baianas de Acarajé**, a ser inscrito no Livro dos Saberes. Brasília: Ministério da

Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2004. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Oficio_baianas_acaraje_parecer DPI.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Oficio_baianas_acaraje_parecer_DPI.pdf). Acesso em: 13 ago. 2020.

LIMA, Pedro Henrique de Oliveira Germano. **Constituição da pessoa ogã no Xangô/Candomblé do Recife (o modelo nagô do Ilê Obá Aganjú Okoloyá)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012, 349 pp.

MARTINS, Patrícia. **Além do Concreto: O registro do Patrimônio Imaterial em Curitiba**. Artigo apresentado à Fundação Cultural de Curitiba, 2010.

MENEZES, Hélio. **Entre o visível e o oculto: a construção do conceito de arte afro-brasileira**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2018.

NASCIMENTO, Gláucia Pereira. **Territorialidades Negras: Resignificando uma cidade que não quer ser negra**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, 2020.

OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

RATTS, Alex; DAMASCENO, Adriane A. **Participação Africana na Formação Cultural Brasileira. Educação Africanidades Brasil**. Brasília: SECAD/UnB, 2006.

SANT'ANNA, Márcia (Org.). **O registro do patrimônio imaterial; dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. IPHAN, 2012.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira**. Editora Bahia, Prosa e Poesia. Salvador, 1988.

SOUZA, Marcilene Garcia de. **Juventude negra e racismo: o movimento hip hop em Curitiba e a apreensão da imagem de Capital Ecológica em uma harmonia racial**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, Negociação e Conflito**. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

Recebido em 30 de maio de 2023 | Aceito em 08 de agosto de 2023



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional